SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/08/2015 - Instituto Telecom

Bens a serviço da cidadania

A Anatel decidiu adiar a decisão sobre a venda da antiga sede da Telefônica em São Paulo. Qual a importância dessa decisão para a sociedade? E, afinal, o que são bens reversíveis?

Por definição da própria agência, bens reversíveis são aqueles "essenciais à prestação do serviço de interesse coletivo, os quais poderão ser revertidos ao Poder concedente ao término do contrato de concessão, para permitir a continuidade do serviço público". Ou seja, não podem ser vendidos sem a concordância da Anatel, conforme artigo 101 da Lei Geral de Telecomunicações.

Apesar disso, vários imóveis das antigas operadoras do Sistema Telebras foram vendidos por erro de fiscalização da agência e má fé das concessionárias, principalmente, Telefônica e Oi.

A discussão sobre a venda do prédio da Telefônica se arrasta há dois anos. A concessionária que tenta vender o prédio, é a mesma que publicamente afirmou estar construindo duas plataformas em paralelo, uma em cobre e outra em fibra, com o objetivo claro de driblar a legislação e impedir a reversibilidade da rede de fibra.

Isso mostra que a decisão sobre a venda do prédio em São Paulo, não é um detalhe e, sim, um indicativo de como a agência irá se portar em relação à reversibilidade dos bens.

Esta é uma questão de Estado, pois em 2025, toda esta rede poderá ou não voltar ao Estado dependendo de como a Anatel se posicione. E é obrigação da agencia, conforme determina o Artigo 103 inciso III da LGT, ter mecanismos que assegurem o adequado controle público no que tange aos bens reversíveis.

Na consulta e audiência públicas realizadas para a renovação dos contratos de concessão, cuja vigência começa a partir de 2016, as operadoras demonstraram todo o seu desconforto em relação à restituição ao Estado dos chamados bens reversíveis. Primeiro, dizem que retira o incentivo ao investimento na rede. Depois, consideram reversível apenas a fração essencial à prestação do serviço em regime público, isto é, apenas aqueles referentes à telefonia fixa.

Ocorre que, como já dissemos várias vezes, na mesma infraestrutura passam voz, dados e imagem. O governo federal sabe que essa rede é estratégica para o Brasil ter ou não a banda larga universalizada, uma plataforma que pode ajudar no desenvolvimento do país, numa melhor educação e melhorias das condições de saúde. O exercício pleno da cidadania requer o acesso de todos à rede de fibra, com tarifas módicas, dentro da possibilidade de pagamento da maioria da sociedade, com qualidade e sem nenhum tipo de discriminação.

Sendo assim, qualquer decisão sobre a venda de bens, não pode ser tomada única e exclusivamente pela Anatel. A ponta do iceberg poderá ser a anuência da venda deste prédio. Com a palavra, o governo federal e a Anatel.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/08/2015 - Instituto Telecom

Minicom destina R$ 8 mi para Usinas Digitais

O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, lança nesta terça-feira, dia 4, o edital do programa Usinas Digitais e divulga a nova edição do Concurso de Seleção de Projetos de Aplicativos de Interesse Público – INOVApps 2015. Os dois projetos fazem parte da Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos.

Com o Usinas Digitais, o ministério prevê investimentos iniciais de R$ 8 milhões em parcerias com governos locais, entidades da sociedade civil e instituições de pesquisa. Já a segunda edição do INOVApps vai premiar 100 aplicativos desenvolvidos no Brasil para smartphones e TV digital.

03/08/2015 - CUT

Deputados voltam do recesso e retomam discussão sobre reforma política e redução da maioridade penal

Reforma política e redução da maioridade podem ser pautas prioritárias

Depois de duas semanas em recesso, deputados retomam, a partir de hoje (3), discussões e votações de matérias que ficaram aguardando decisão em plenário, entre elas, o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 182/07 da reforma política. O tema começou a ser analisado em plenário antes das férias parlamentares, mas ainda ficou pendente a questão sobre a doação de empresas para campanhas políticas.

No último dia 15, o tema dividiu novamente o plenário e acabou gerando dúvida, o que adiou a decisão. Parlamentares do PT e do PPS apresentaram destaques para retirar a possibilidade de partidos receberem dinheiro de empresas. Pelo texto aprovado no primeiro turno, são permitidas doações de pessoas físicas a candidatos e a partidos, e de empresas, somente a partidos.

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que disse que vai priorizar a conclusão da reforma, deve decidir nas próximas horas sobre a questão de ordem do líder do PMDB, deputado Leonardo Picciani (RJ), que disse que a mudança do texto no segundo turno não pode ser aceita, já que isto rejeitaria o texto aprovado em primeiro turno.

Para avançar com o texto que já começou a ser discutido pelos senadores, além de aguardar a decisão de Cunha, os deputados terão que destrancar a pauta do plenário que começa presa por dois projetos do Executivo sobre combate ao terrorismo que tramitam com urgência.

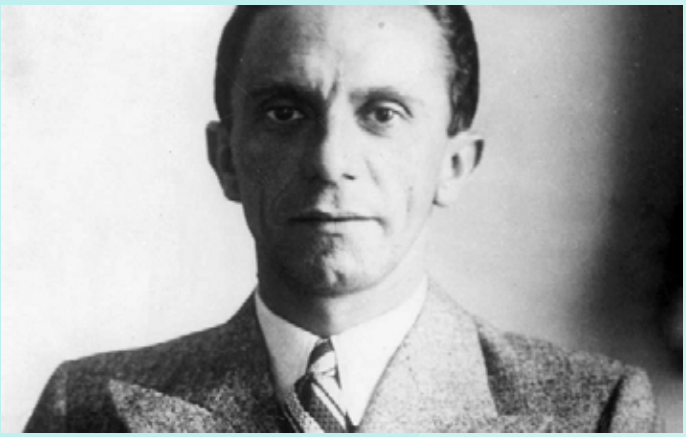
Com as votações liberadas, a Casa poderá concluir tanto a votação da reforma política como outros temas mais polêmicos, como a PEC da maioridade penal, o projeto de lei de correção do FGTS e prestações de contas de governos anteriores.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/07/2015 - Carta Maior

Os 11 princípios do ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels

Qualquer semelhança com as práticas da mídia golpista brasileira é mera coincidência...



Conhece Joseph Goebbels, o violento ministro de propaganda de Hitler? Estes são os 11 princípios que levaram o povo alemão a tentar exterminar à humanidade:

1.- Princípio da simplificação e do inimigo único.

Simplifique não diversifique, escolha um inimigo por vez. Ignore o que os outros fazem concentre-se em um até acabar com ele.

2.-Princípio do contágio

Divulgue a capacidade de contágio que este inimigo tem. Colocar um antes perfeito e mostrar como o presente e o futuro estão sendo contaminados por este inimigo.

3.-Princípio da Transposição

Transladar todos os males sociais a este inimigo.

4.-Princípio da Exageração e desfiguração

Exagerar as más noticias até desfigurá-las transformando um delito em mil delitos criando assim um clima de profunda insegurança e temor. "O que nos acontecerá?"

5.-Princípio da Vulgarização

Transforma tudo numa coisa torpe e de má índole. As ações do inimigo são vulgares, ordinárias, fáceis de descobrir.

6.-Princípio da Orquestração

Fazer ressonar os boatos até se transformarem em notícias sendo estas replicadas pela "imprensa oficial'.

7.-Princípio da Renovação

Sempre há que bombardear com novas notícias (sobre o inimigo escolhido) para que o receptor não tenha tempo de pensar, pois está sufocado por elas.

8.-Princípio do Verossímil

Discutir a informação com diversas interpretações de especialistas, mas todas em contra do inimigo escolhido. O objetivo deste debate é que o receptor, não perceba que o assunto interpretado não é verdadeiro.

9.-Princípio do Silêncio.

Ocultar toda a informação que não seja conveniente.

10.-Princípio da Transferência

Potencializar um fato presente com um fato passado. Sempre que se noticia um fato se acresce com um fato que tenha acontecido antes

11.-Princípio de Unanimidade

Busca convergência em assuntos de interesse geral apoderando-se do sentimento produzido por estes e colocá-los em contra do inimigo escolhido.

Qualquer semelhança com as práticas do PIG é pura coincidência....

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/08/2015 - Rede Brasil Atual

Cinco maiores bancos do país controlam 86% dos ativos; em 1995, eram 56%

"Nenhum processo de venda pode causar prejuízo à sociedade", diz presidenta do Sindicato dos Bancários. Para vice-prefeita de Curitiba, solução financeira para o HSBC não pode se descolar da social

A direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo solicitou reunião com a direção do Bradesco, com objetivo de discutir a situação dos empregos do HSBC. A presidenta da entidade, Juvandia Moreira, afirma que a aquisição do HSBC pelo Bradesco, confirmada hoje (3), é preocupante. "É com os trabalhadores e os milhões de clientes que o banco precisa se comprometer. Nenhum processo de venda pode causar prejuízo à sociedade brasileira."

O HSBC confirmou hoje (3) a venda das operações de sua subsidiária no Brasil para o Bradesco por US$ 5,2 bilhões (R$ 17,6 bilhões). O movimento sindical já vinha convocando bancários e recolhendo assinaturas para uma campanha para evitar as demissões. O dirigente sindical Luciano Ramos, funcionário do banco, diz que a campanha é importante para buscar o apoio da população para se posicionar ao lado dos trabalhadores, como aconteceu em outras negociações entre corporações bancárias.

"Encaminharemos as assinaturas ao Congresso Nacional, ao governo federal e aos órgãos reguladores do sistema financeiro nacional. Vamos deixar claro a todos que em nosso emprego ninguém mexe, independentemente de quem venha a comprar o HSBC", ressalta Luciano.

Concentração bancária

As operações bancárias do país ficarão ainda mais concentradas com a aquisição do HSBC pelo Bradesco. Atualmente, os cinco maiores bancos do país (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Federal e Santander) respondem por 80% de todos os ativos do sistema financeiro nacional. Com o negócio, passam a controlar 83%. Em 1995, os cinco maiores possuíam 56% dos ativos.

O levantamento foi feito pela subseção do Dieese no Sindicato dos Bancários, com base em dados do Banco Central. Ainda segundo o Dieese, o controle das operações de crédito cresce de 84% para 86%; o total dos depósitos à vista sobe cinco pontos, de 87% para 92%, acumulado em cinco instituições financeiras. Esses cinco bancos passam a concentrar 96% dos depósitos em poupança (um ponto percentual a mais) e 91% das agências de todo o país, ante 87% antes da venda do HSBC.

A concentração bancária é um dos fatores de influência do sistema financeiro internacional nas economias dos países.

Há uma mês, representantes sindicais já haviam se reunido com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade, ligado ao Ministério da Justiça). O presidente do órgão, Vinícius Marques de Carvalho, recebeu parlamentares e representantes da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do HSBC, em Brasília.

"Vamos analisar a fusão do HSBC. Iremos fazer com que o banco cumpra suas responsabilidades para sair do mercado brasileiro. O principal fiscalizador desse processo é o Banco Central, mas nós também vamos analisar a fundo todo o processo" afirmou Marques. De acordo com decisão do STF, cabe ao Banco Central atuar como ente regulatório setorial em casos de fusões de bancos e o Cade atua como autoridade antitruste.

A vice-prefeita de Curitiba e secretária municipal do Trabalho, Mirian Gonçalves, alerta que o mercado de trabalho pode sofrer forte impacto na região, onde a presença do HSBC é a maior do país. O HSBC tem atividades em 853 agências espalhadas por 531 municípios do país totalizando cerca de 21 mil trabalhadores diretos. Cerca de 12 mil estão no Paraná. "A capital paranaense não teria como absorver a mão de obra de cerca de 8 mil trabalhadores, com uma média salarial de R$ 5 mil. O banco disse que pagou a conta financeira. Queremos saber quem pagará essa conta social", disse Mirian, durante a reunião no Cade.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/07/2015 - Carta Capital

Odebrecht pode perder contratos em países latino-americanos

Colômbia promete punir empresa caso ela receba condenação internacional. Equador e Panamá abrem auditorias e Peru envia fiscais para acompanhar as investigações

Os desdobramentos das investigações da Operação Lava Jato e as acusações de corrupção em projetos executados no Brasil preocupam países latino-americanos nos quais a Odebrecht tem negócios. Colômbia, Peru, Equador e Panamá realizam auditoria em contratos fechados com a empresa e há o risco, inclusive, de que obras da empreiteira brasileira nesses países sejam paralisadas.

O vice-presidente da Colômbia, Germán Vargas Llera, afirmou que, caso receba "qualquer condenação internacional em relação a suborno", a construtora brasileira será impedida por 20 anos de executar obras no país e participar de futuras licitações. A regra, segundo ele, faz parte do estatuto anticorrupção do país andino.

A Odebrecht possui contratos na Colômbia há muitos anos. Entre os projetos que possivelmente serão prejudicados caso haja condenação na Justiça brasileira estão a construção da rodovia Ruta del Sol, de 528 quilômetros, e do Corredor Transversal de Boyacá, de 49 quilômetros.

"Caso sejam confirmadas em outros países, a corrupção e o pagamento de propina podem colocar em risco a ampliação e até mesmo a reposição da carteira de projetos da empreiteira. A empresa se destaca pela diversificação, com mais de 70% de sua carteira proveniente de contratos fora do Brasil", afirma Jerson Carneiro, professor de Direito Administrativo e Gestão do Ibmec/RJ.

Para Adriano Pires, presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), a empreiteira está passando por um momento complicado, e é difícil prever se a situação vai afetar as obras da empresa em outros países.

"Eu acho que pode acontecer de tudo, pois estamos vivendo uma situação de grande imprevisibilidade", sublinhou Pires. "Nós torcemos para que a Odebrecht se reinvente e que não se reduza [de tamanho] de maneira muito forte, já que emprega muitos funcionários no Brasil e exterior."

As autoridades do Panamá ordenaram no fim de junho uma auditoria nas obras de construção da linha um do metrô da Cidade do Panamá. A obra é executada pela Odebrecht e pela empresa espanhola Fomento de Construcciones y Contratas S/A. As duas empresas venceram também a licitação para a construção de uma segunda linha ao preço de 1,8 bilhão de dólares. Estima-se que a Odebrecht tenha cerca de 8,5 bilhões de dólares em negócios no país.

Já peritos panamenhos vão realizar uma minuciosa revisão de documentos e contas bancárias da empresa brasileira. Até o momento, não há denúncias criminais contra a empresa ou seus representantes no país. A Odebrecht construiu a rodovia Cinta Costera e estava pronta para iniciar um projeto de modernização da Ciudad de Colón, a 80 quilômetros ao norte da cidade do Panamá.

O governo do Equador realiza auditoria em contratos da Odebrecht no país. A empreiteira brasileira, de acordo com seu site, atua há 27 anos no país e executa o Aqueduto La Esperanza, com 93 quilômetros de extensão, e o Poliduto Pascuales-Cuenca, de 220 quilômetros.

O Peru vai enviar fiscais ao Brasil nos próximos dias para interrogar testemunhas do caso de corrupção e analisar de forma minuciosa os documentos reunidos pelas autoridades brasileiras. O governo em Lima analisa denúncias que surgiram sobre o pagamento de subornos por executivos de empreiteiras brasileiras, como a Odebrecht, para inflar o custo de uma rodovia que liga a Amazônia brasileira aos portos localizados na costa do Peru.

A Odebrecht, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou à DW Brasil que não existe o risco de que obras da empresa no exterior sejam paralisadas. Segundo a empreiteira, em 36 anos de atuação internacional, a companhia "nunca teve qualquer condenação judicial por irregularidades em contratos em nenhum dos países onde atua".

"Todos os contratos da empresa foram fechados por meio de concorrências públicas, respeitando todas as etapas da licitação e legislações vigentes", diz a nota. "Não há nenhum tipo de sanção das autoridades à empresa e o que ocorre nos países são auditorias em algumas obras."

No caso do Panamá, a auditoria se refere à obra Linha 1 do metrô e faria parte dos procedimentos rotineiros de controle interno do Estado panamenho, realizado no final de cada obra. "A auditoria é sobre a obra e não inclui as empresas integrantes do consórcio construtor, do qual a Odebrecht faz parte", afirma o texto.

No Peru, as ações de fiscalização seriam rotineiras e permanentes, "permeando toda a execução do orçamento público, seja nos gastos diretos realizados por organismos do Estado ou através a contratação de terceiros".

No caso da Colômbia, a Odebrecht ressalta que tanto a Agência Nacional de Infraestrutura quanto o Ministério de Transportes publicaram comunicados nos quais ratificam a aplicação do princípio universal da presunção de inocência e do devido processo. "A Secretaria de Transparência da Presidência da República também se manifestou, indicando que não há razão para investigar a Odebrecht no país", conclui a nota.

03/08/2015 - Agência Brasil

Bradesco anuncia compra do HSBC

O Bradesco comprou o Banco HSBC, conforme comunicado divulgado hoje (3) ao mercado financeiro. Com a aquisição, o Bradesco assumirá todas as operações do HSBC no Brasil, incluindo varejo, seguros e administração de ativos, bem como todas as agências e clientes.

Segundo o Bradesco, os clientes do HSBC continuarão a ser atendidos da forma habitual. O HSBC planeja manter uma pequena presença no Brasil para atender a clientes corporativos.

O HSBC tem 5 milhões de correntistas e está presente em 529 municípios brasileiros, com 851 agências, 464 postos de atendimento, 669 postos de atendimento eletrônico, 1.809 ambientes de autoatendimento e 4.728 caixas eletrônicos.

“A aquisição proporcionará vários benefícios para os clientes de ambas as instituições, como o aumento da cobertura e da rede de atendimento em todo o território nacional e o acesso aos produtos distribuídos pelas duas instituições”, disse o Bradesco, no comunicado.

A conclusão da operação de compra ainda depende dos órgãos reguladores. O preço da compra foi US$ 5,186 bilhões, equivalentes a aproximadamente R$ 17,6 bilhões. O patrimônio líquido do HSBC no Brasil é R$ 11,2 bilhões. Segundo o Bradesco, esse preço será ajustado pela variação patrimonial do HSBC a partir de 31 de dezembro de 2014 e será pago na data da conclusão da operação.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/08/2015 - Altamiro Borges

Os ricos e o golpe no Brasil

A história nos ensina que sempre quando os ricos sentem seus interesses ameaçados, se articulam com seus representantes em todos os espaços de poder, criam uma situação de desestabilização política e o passo seguinte é a derrubada do poder constituído.

A mais recente manobra desse tipo foi o golpe militar de 1964. Naquele momento, o Brasil vivia sob um clima de pressão social para que houvesse mudanças na economia e na política a fim de favorecer a maioria da população excluída de seus mais básicos direitos.

O então presidente João Goulart anunciou as Reformas de Base, que reunia um conjunto de iniciativas, como as reformas bancária, fiscal, administrativa, universitária, urbana e agrária. Essas reformas atingiam diretamente uma pequena classe rica, mas muito poderosa. A reforma agrária, por exemplo, visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantiria o acesso à terra a milhões de trabalhadores rurais, o que contrariava os interesses dos fazendeiros endinheirados.

O desfecho disso tudo foi o golpe em 1º de abril de 1964. Derrubaram o presidente João Goulart, democraticamente eleito, e nenhuma das reformas anunciadas foi adiante, os problemas sociais se mantiveram e os ricos ficaram mais ricos.

Golpe não é saída

Atualmente vivemos uma situação semelhante àquela que antecedeu o golpe de 1964. O país está envolvido em uma crise econômica, social e política. E é cada vez mais comum ouvir dos representantes dos ricos que a saída é o golpe.

Ocorre que os lugares onde se estão armando essa estratégia estão mais sujos do que "pau de galinheiro". O primeiro deles é o TCU (Tribunal de Contas da União), onde denúncias de corrupção envolvem seus ministros. O outro é a Câmara dos Deputados, também com seu presidente Eduardo Cunha enlameado até os cabelos com acusações de corrupção. E, por último, o Senado do presidente Renan Calheiros, sobre quem pesam as mesmas denúncias.

Crise é dos ricos

Enfim, esse é o cenário que estamos vendo se formar em nosso país. Esperamos que os próximos atos da presidenta Dilma sinalizem com ventos positivos de mudanças substanciais para a classe trabalhadora e não medidas que jogam mais água no moinho dos golpistas. Seguramente o que a grande maioria não quer é que sejam quebrados os pilares da democracia duramente conquistados, muito menos pagar por uma crise onde só os ricos ganham.

03/08/15 - EBC

Balança comercial tem superávit de US$ 2,379 bilhões em julho

A balança comercial teve superávit de US$ 2,379 bilhões em julho. O resultado – o maior para o mês de julho desde 2012 – se deveu a US$ 18,526 bilhões de exportações e US$ 16,147 bilhões de importações.

No ano, a balança acumula superávit de U$ 4,599 bilhões. O acumulado do ano também é o maior para o período desde 2012.

Os dados foram divulgados hoje pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Tanto as exportações quanto as importações caíram em relação a julho de 2014. O superávit comercial ocorreu porque as queda das importações foi mais acentuada.

As vendas externas tiveram queda de 19,5% e as compras do Brasil no exterior recuaram 24,8%, segundo o critério da média diária, que corresponde ao volume negociado pelo Brasil com países parceiros comerciais por dia últil.

Do lado das exportações, caíram os ganhos com itens como petróleo bruto, minério de ferro, fumo e folhas, café em grão, carne bovina, farelo de soja, óleos combustíveis, máquinas para terraplenagem, ferro fundido, óleo de soja. couros e peles.

Do lado as importações, o Brasil comprou menos combustíveis e lubrificantes, matérias primas e intermediários, bens de consumo e bens de capital.